

1. (Cespe – ABIN 2010) Segundo o TCU, o problema não é terceirizar e sim terceirizar mal. Uma das deficiências detectadas nesse tipo de procedimento é deixar de avaliar os riscos e não criar mecanismos de controle relativos. Ainda de acordo com o TCU, a estratégia de terceirização é decisiva para uma boa governança de TI.
2. (Cespe – TRT/10ª 2013) A licitação objetiva garantir o princípio constitucional da isonomia, selecionar a proposta mais vantajosa para a administração e promover o desenvolvimento nacional sustentável.
3. (Cespe – TCU 2010) É considerado comum o bem ou o serviço de informática e automação cuja especificação estabeleça padrão objetivo de desempenho e qualidade e que seja capaz de ser atendida por vários fornecedores, ainda que existam outras soluções disponíveis no mercado.
4. (Cespe – ABIN 2010) A IN4 possui caráter normativo para os diferentes órgãos filiados da administração pública federal, tais como a própria SLTI (órgão central), ministérios e equivalentes (órgãos setoriais), fundações e autarquias (órgãos seccionais), além de órgãos correlatos e áreas de TI.
5. (ESAF – MF 2013) Na Instrução Normativa n. 04 de 12 de novembro de 2010 – art. 20 , Área de Tecnologia da Informação é a:
 - a) Unidade setorial e seccional do SISP, menos unidades correlatas, responsável por gerir a Tecnologia da Informação do órgão ou entidade.
 - b) Unidade setorial e correlata do SISP, menos unidades seccionais, responsável por gerir a Tecnologia da Informação do órgão ou entidade.
 - c) Unidade central e correlata do SISP, menos unidades setoriais, responsável por gerir a Tecnologia da Informação do órgão ou entidade.
 - d) Unidade setorial ou correlata, bem como unidade central do SISP, responsável por gerir a Tecnologia da Informação do órgão ou entidade.
 - e) Unidade setorial ou seccional do SISP, bem como área correlata, responsável por gerir a Tecnologia da Informação do órgão ou entidade.
6. (ESAF – STN 2013) O acrônimo SISP corresponde a:
 - a) Sistema Integrado de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação.
 - b) Sistema Integrado de Gestão de Tecnologia da Informação.
 - c) Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação.
 - d) Sistema Integrado de Serviços de Tecnologia da Informação da Administração Pública.
 - e) Sistema de Administração e Gestão de Tecnologia da Informação do Setor Público
7. (CESPE – INPI 2013) A IN n.º 04/2010 não se aplica à contratação de serviços de TI com valores entre R\$ 30.000,00 e R\$ 65.000,00.

8. (Cespe – TCDF 2012) Nos autos da contratação, independentemente da instituição pública contratante, a ausência dos artefatos exigidos pela IN-4 será considerada uma não conformidade.
9. (Cespe – ABIN 2010) O benefício da contratação, sempre que possível, deve ser estimado e medido em termos de negócio e não da TI.
10. (Cespe – ABIN 2010) A contratação mensurada por resultados, definida como "principal fundamento" constitui princípio constitucional da eficiência, pois o pagamento pelo resultado incentiva o contratado a alcançar os padrões desejados de qualidade do produto ou serviço fornecido e dirige a atenção da administração para o controle da eficácia da contratação.
11. (Cespe – MPU 2013) Com relação à contratação de bens e serviços de tecnologia da informação e comunicação (TIC), julgue o próximo item.
A capacitação dos servidores é uma das condições que garante a padronização do processo de planejamento de contratação de TI.
12. (Cespe – MPU 2013) No que concerne à contratação de bens e serviços de tecnologia da informação, julgue os itens a seguir, com base na Instrução Normativa n.º 4/2010, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.
Em se tratando de contratação para a aquisição de software, hardware e serviços de instalação, é aceitável a celebração de um único contrato.
13. (Cespe – MPU 2013) No que concerne à contratação de bens e serviços de tecnologia da informação, julgue os itens a seguir, com base na Instrução Normativa n.º 4/2010, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.
Tratando-se de contratação de serviços de tecnologia da informação, para que sejam garantidos a qualidade e o atendimento aos prazos de entrega exigidos, o edital deve descrever o valor da remuneração dos funcionários da contratada.
14. (Cespe – MPU 2013) O órgão contratante de serviços especializados de TIC pode indicar, para o quadro de especialistas da empresa contratada, técnicos com os conhecimentos adequados à realização dos serviços.
15. (Cespe – INPI 2013) A gestão de segurança da informação não pode ser objeto de contratação de uma solução de TI.
16. (Cespe – ANAC 2012) De acordo com a IN 04/2010, mesmo sendo vedado exigir certificações dos empregados dos fornecedores de solução, é correto definir como critério para a habilitação da contratação a certificação da própria empresa em uma ferramenta de governança de TI, sem necessidade de justificativa específica.
17. (Cespe – Banco da Amazônia 2010) Considerando a contratação, por organização pública, de serviço de TI, julgue os itens de 107 a 120, com base no que dispõem a Lei

n.º 8.666/1993, a legislação complementar e a jurisprudência do TCU, combinada com a IN n.º 4/2008 do MPOG.

Se determinado órgão tem, em curso, apenas um contrato de serviço de TI, o qual já seja atendido por uma empresa vencedora de licitação anterior, não é permitido que o vencedor de licitação em curso seja a referida empresa, visto que os serviços de TI contratados por órgão público não podem ser todos prestados por um único fornecedor.

18. (Cespe – INPI 2013) A equipe de planejamento da contratação é composta por representantes das áreas técnica e administrativa, além do representante da área requisitante da solução.
19. (Cespe – INPI 2013) O fiscal técnico do contrato é um servidor da área de TI indicado para fiscalizar tecnicamente o contrato.
20. (Cespe – TCDF 2012) Nos casos em que a IN-4 se aplica, a contratação de serviço de TI poderá ser paralisada ou cancelada se não estiver em harmonia com o plano diretor de TI ou se não se alinhar à estratégia da instituição, inclusive nos casos de contratação não emergencial efetivada com dispensa ou inexigibilidade de licitação ou pelo sistema de registro de preços.
21. (Cespe – ABIN 2010) Embora não seja um documento obrigatório, o plano diretor de TI (PDTI) é um documento cuja elaboração é recomendada para os órgãos públicos federais. A formulação do PDTI permite que um órgão esteja em conformidade com o estado da arte em gestão de TI, o que reduz as chances de haver ineficiência de infraestrutura de TI, tanto física quanto humana.
22. (FCC – TJ/PE 2012) As contratações de Soluções de Tecnologia da Informação, segundo a Instrução Normativa No 4/2010 deverão seguir três fases denominadas:
 - a) Planejamento da solução de TI, Processo de licitação e Contratação e execução.
 - b) Planejamento da solução de TI, Seleção do fornecedor e Contratação e execução.
 - c) Planejamento da solução de TI, Processo de licitação e Gerenciamento do contrato.
 - d) Planejamento da contratação, Seleção do fornecedor e Gerenciamento do contrato.
 - e) Planejamento da contratação, Processo de licitação e Gerenciamento do contrato.
23. (Cespe – ABIN 2010) As etapas do planejamento da contratação incluem a análise da viabilidade da contratação, a análise de ambiente e a análise de fornecedor.

24. (Cespe – INPI 2013) O processo de planejamento da contratação da solução de TI apresenta como entrada o documento que oficializa a demanda e gera como saída o termo de referência.
25. (Cespe – ANAC 2012) A execução da fase de planejamento da contratação não é obrigatória nos casos de dispensa de licitação ou de licitação dispensada.
26. (Cespe – MPU 2013) A indicação da fonte de recursos para a contratação dos serviços de TIC deve ser feita no momento da assinatura do contrato.
27. (Cespe – MPU 2013) Julgue os itens a seguir, com base na IN MPOG n.º 4/2010. Área requisitante de uma solução é a unidade do órgão ou entidade que demanda a contratação de uma solução de tecnologia da informação (TI).
28. (ESAF – STN 2013) Na Instrução Normativa n. 04 de 12 de novembro de 2010 – art. 110 , a Análise de Viabilidade da Contratação será aprovada e assinada exclusivamente pelo(a):
- a) Equipe de Planejamento da Contratação.
 - b) Integrante Requisitante.
 - c) Integrante Técnico.
 - d) Equipe Técnica do Contrato.
 - e) Integrante Administrativo
29. (Cespe – MPU 2010) Requisitos é um conjunto de especificações necessárias para definir a solução de TI a ser contratada. Critérios de aceitação são parâmetros objetivos, mas nem sempre mensuráveis, utilizados para verificar um serviço ou produto quanto à conformidade aos requisitos especificados.

GABARITO

- 1. CERTO
- 2. CERTO
- 3. CERTO
- 4. CERTO
- 5. E
- 6. C
- 7. CERTO
- 8. ERRADO
- 9. CERTO
- 10. CERTO
- 11. CERTO
- 12. ERRADO

13. ERRADO
14. ERRADO
15. CERTO
16. ERRADO
17. ERRADO
18. CERTO
19. CERTO
20. CERTO
21. ERRADO
22. D
23. ERRADO
24. CERTO
25. ERRADO
26. ERRADO
27. CERTO
28. A
29. ERRADO